



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### JULGAMENTO

Vistos, etc.

Trata-se do Processo Licitatório PRC 082/2022 – Tomada de Preços nº 005/2022, destinada a selecionar proposta objetivando a contratação de serviço de limpeza pública urbana, conforme especificações e quantitativos constantes do Projeto Básico (Anexo I).

Abertos os envelopes contendo a documentação exigida no edital convocatório, foi proferida decisão unânime da Comissão Permanente de Licitação pela habilitação das empresas participantes **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60, que não enviou representante; **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.740.311/0001-43, representada pelo Sr. David Antônio Patrocínio Moreira, inscrito no CPF sob o nº 067.445.316-62; **PCK CONSTRUTORA LTDA-ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.952.501/0001-73, representada pelo Sr. Kleber Araujo Rocha, inscrito no CPF sob o nº 062.427.894-85; **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.618.485/0001-57, representada pelo Sr. Emerson Ribeiro Lessa, inscrito no CPF sob o nº 096.829.276-33; **PORTES & TRANIM LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.273.742/0001-93, representada pelo Sr. Lucas Portes Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 063.455.516-27; **FERNANDO ALVES DA SILVA-ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº 71.162.150/0001-40, representada pelo Sr. Fernando Alves da Silva, inscrito no CPF sob o nº 021.053.917-88.

Inconformadas, cinco empresas interpuseram recursos administrativos com manifestações recíprocas de inconformismo pelas respectivas habilitações.

Os recursos foram processados na forma da lei, abrindo-se prazo para oferecimento de contrarrazões.

Após, veio parecer jurídico opinando pelo provimento parcial dos recursos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

É o breve relatório. Decido.

A “licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional”. Neste lineamento, a Administração Pública somente atenderá aos objetivos fixados na Lei 8.666/93 se, em isonômicas condições (para os licitantes), selecionar a proposta que, do ponto de vista técnico e econômico, melhor atenda às necessidades dos seus órgãos e entidades.

Regida por normas-princípio e normas-regra, a condução das licitações públicas deve ser feita com o necessário temperamento, para que não se sacrifiquem os seus objetivos centrais. Nesse sentido é de se estar de pleno acordo com a assessoria jurídica quando aponta para o provimento parcial dos recursos, quando afirma que:

“Assim, somos de parecer por **provimento parcial** dos recursos, que se revelam **improcedentes** quanto às arguições analisadas acima a respeito de todas as empresas, no que se refiram a cada uma; no entanto **procedentes duas das arguições, quais sejam:**

o **item 1.15** – Anexo VII **não atendido** pela HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, não por não constar a sua declaração do Anexo VII do reconhecimento de firma, mas por não ter atendido a finalidade de indicar a disponibilidade dos equipamentos para a execução dos serviços, tendo vindo a sua **declaração vazia**, como se inexistente sendo, assim não tendo atendido às exigências do edital, não se admitindo a sua habilitação;

O outro ponto deficitário relativo ao **balanço patrimonial** trazido pela empresa EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, **não** devidamente **registrado** na Junta Comercial como constante do item 1.17 do edital, tendo a empresa justificado ser o seu balanço patrimonial emitido eletronicamente pelo sistema SPED e portanto de conformidade com os regulamentos de monitoramento tributário da Receita Federal;

Assim, por não atender ao item 1.17 do edital quanto ao seu balanço patrimonial e também não atendendo ao art. 1.180 e parágrafo único e 1.181 e parágrafo único, da Lei Federal 10.406/02, apresentado não registrado na Junta Comercial na forma legal, pela não habilitação da EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS.”

Pelo exposto, acolhendo integralmente as razões constantes no parecer jurídico, dou provimento parcial dos recursos, mantendo a decisão da Comissão Permanente



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

de licitação de declarar inabilitadas as empresas HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME., inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60 e EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para as fases seguinte.

Registre-se. Publique-se.

Prefeitura Municipal de Divino, 17 de novembro de 2022.

  
**Mauri Ventura do Carmo**  
Prefeito Municipal